

# Cantares Magazine

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Pregão Eletrônico nº 90011/2024

Processo nº. 23034.003325/2025-19

Objeto: Multiprocessador de alimentos - item 30

**CANTARES MAGAZINE LTDA**, empresa com sede em Suzano, no Estado de São Paulo, na AV. Francisco Marengo, 39E, Jardim Revista, Suzano/SP - CEP: 08694-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.831.740/0001-19, neste ato por seu Representante Legal nos termos do Contrato Social, tendo em vista o **RECURSO** interposto por Comercial Mabruk Ltda., vem, tempestiva e respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas **CONTRARRAZÕES**, nos termos que passa a expor.

## CONTRARRAZÕES DE RECURSO

Inicialmente, insta asseverar breve introito, de modo trazer a verdade aos autos desse processo.

Com efeito, a Recorrente faltou com a verdade ao afirmar em suas razões recursais que sagrou-se vencedora quanto ao item 15.

CNPJ: 07.831.740/0001-19 - I.E.: 672.190.957.113 - I.M.: 29.620  
Av. Francisco Marengo, 39 E - Jardim Revista - Suzano - SP - CEP: 08694-000  
Fones: (11) 4747-6663 \* 4752-8021  
e-mail: cantaresmagazine@cantaresmagazine.com.br  
Denúncias e reclamações: magnocunha@terra.com.br

# Cantares Magazine

Tal falácia encontra-se descrita pela Recorrente no terceiro parágrafo, da terceira lauda, a seguir descrita, *verbis*:

*"(...). Encerrada a etapa de lances e consolidada a classificação provisória, a Recorrente foi considerada habilitada no item 15, tendo sido deferida sua qualificação econômico-financeira e técnica, o que demonstra inequívoca aptidão para o fornecimento de produtos licitados. (...)."*

Pois bem, ao contrário do quanto afirmou a Recorrente, em verdade, ela não foi habilitada no item 15.

Ao contrário, o objeto por ela apresentado foi reprovado por não atender as exigências do certame, conforme R. Despacho DQUAL n° 4643831/2025.

De toda sorte, mesmo não tendo sido habilitada no item 15, a Recorrente apenas recorreu do item 30, de modo que acerca do item 15 não se faz necessário alongar nos argumentos.

Feito esse breve introito, passa-se a contrariedade aos argumentos tecidos pela Recorrente, por ter sido inabilitada no item 30.

Pois bem, a Recorrente elaborou longa razão recursal para demonstrar situação que não se aplica ao caso.

Ninguém duvida que empresas em recuperação judicial podem participar de certames licitatórios.

Essa questão é pacífica no Tribunal de Contas e no Poder Judiciário<sup>1</sup>, contudo, como bem observou o Ilustre Pregoeiro, não houve a demonstração da viabilidade econômica.

---

<sup>1</sup> REsp 1.826.299, C. STJ.

# Cantares Magazine

A Recorrente ainda não se encontra estreme de dúvidas, em recuperação judicial, uma vez que o plano de recuperação, pelo qual seria possível aferir a viabilidade econômica, ainda não foi homologado.

A Recorrente possui apenas uma liminar deferida, portanto, um pronunciamento jurisdicional efêmero, o qual pode ser revogado e, eventualmente, a recuperação ser convolada em falência, resultando em inegável prejuízo ao erário.

Não se sabe se a Recorrente terá condições financeiras de suportar os atuais credores, quanto mais, impossível se mostra aferir se ela terá fôlego financeiro para cumprir as obrigações decorrentes do certame.

Portanto, não demonstrada a viabilidade econômica, a discussão que a Recorrente tenta travar com o respectivo recurso, é estéril.

Assim, a Recorrente quer é transferir o risco da contratação para essa R. Administração Pública.

Considerada a clareza com que o Ilustre Pregoeiro fundamentou a inabilitação da Recorrente, a Recorrida permite colacionar abaixo, tal motivação do Ato Administrativo, externada em "chat", "verbis":

"(...).

- Sr. licitante, em análise ao documento anexado, foi verificado apenas o deferimento, em sede de liminar, do processamento da recuperação judicial.

- No entanto, conforme art. 54 da Lei nº 11.101/2005, o plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação DA DECISÃO QUE DEFERIR o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

**CNPJ: 07.831.740/0001-19 - I.E.: 672.190.957.113 - I.M.: 29.620**

**Av. Francisco Marengo, 39 E – Jardim Revista - Suzano - SP - CEP: 08694-000**

**Fones: (11) 4747-6663 \* 4752-8021**

**e-mail: cantaresmagazine@cantaresmagazine.com.br**

**Denúncias e reclamações: magnocunha@terra.com.br**

# Cantares Magazine

- Inclusive, no item 1.3 da decisão anexada, o magistrado faz menção ao plano de recuperação 'caso apresentado', o que revela que, quando proferida a decisão, ainda não havia plano aprovado.
- Lembro que, conforme orienta o TCU, 'se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório'.
- Portanto, questiono: o PLANO DE RECUPERAÇÃO (não peddo de recuperação) apresentado pela empresa já foi aprovado judicialmente?
- O item 30 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:14:00 de 15/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor COMERCIAL MABRUK LTDA, CNPJ 74.659.186/0001-21.
- Srs, a empresa COMERCIAL MABRUK LTDA não apresentou o plano de recuperação devidamente aprovado e homologado judicialmente.
- Resta evidente, portanto, que admitir a habilitação de empresa antes da aprovação do plano de recuperação judicial seria habilitar uma empresa em recuperação judicial que ainda não demonstrou sua viabilidade econômica, o que, para além da insegurança jurídica, também representa um risco significativo para a Administração Pública e para a consecução dos objetivos pretendidos com a política pública a ser viabilizada por meio deste certame.
- No entanto, caso o plano seja rejeitado, o juiz convolará a recuperação judicial em falência, nos termos do art. 58-A do mesmo Diploma Legal.
- Cumpre reforçar o entendimento de que a homologação do plano de recuperação judicial é indispensável para a constatação da viabilidade econômica da empresa em recuperação judicial.

# Cantares Magazine

- Como a empresa não apresentou o plano devidamente aprovado e homologado, procederei com a inabilitação da empresa no sistema.

(...)."

Em suma, a Recorrente não foi inabilitada por pleitear recuperação judicial, mas sim, por não ter apresentado o plano de recuperação, pelo qual seria possível aferir a viabilidade econômica, condição essa, exigida pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário.

Por outro lado, a Recorrida sagrou-se vencedora quanto aos itens 15 e 30.

Destarte, em respeito aos princípios inerentes à Administração Pública e aos certames, necessário se mostra que o recurso da Comercial Mabruk Ltda., não seja provido, mantendo-se o Ato Administrativo pelo qual ela foi inabilitada, tal como proferido, como medida de Justiça e prestígio aos princípios inerentes à administração pública.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

**CANTARES MAGAZINE LTDA**